

# **Construindo espaços acessíveis para inclusão econômica de pessoas com deficiência**

## **Apresentação**

Esta publicação tem por objetivo facilitar o acesso dos profissionais envolvidos com a inclusão econômica das pessoas com deficiência, reunindo e organizando informações práticas que auxiliem nas primeiras providências necessárias para tornar acessíveis os ambientes de trabalho.

Essa publicação é mais uma iniciativa do Fórum Permanente para a Inclusão Econômica das Pessoas com Deficiência, fruto da parceria entre a FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo – Coordenadora Executiva do Fórum e Instituto Paradigma, coordenador técnico, para contribuir na equiparação de oportunidades das pessoas com deficiência no desenvolvimento de suas carreiras no ambiente corporativo, e na qualidade do processo de inclusão econômica das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

A necessidade e relevância dessa publicação foi frequentemente mencionada nas plenárias do Fórum, e sugerida como uma ferramenta inicial para compreensão e implementação dos conceitos básicos relacionados ao tema.

## **Instituto Paradigma**

O Instituto Paradigma é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), cuja missão é *promover a inclusão social das pessoas com deficiência, construindo soluções e serviços para ampliar o exercício da cidadania.*

Frente aos desafios da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o Instituto Paradigma concretiza sua missão desenvolvendo ações de empreendedorismo social na defesa de direitos das pessoas com deficiência, especialmente aquelas relacionadas ao acesso à educação e trabalho.

As parcerias estratégicas, as consultorias e assessorias prestadas para os setores públicos, privado e terceiro setor, viabilizam a concretização de seus programas e projetos, e de seus parceiros, gerenciados com metodologia própria, com compromisso na geração de mudanças sociais sustentáveis e disseminação de seus conceitos aplicados a causa da inclusão social das pessoas com deficiência.

[www.institutoparadigma.org.br](http://www.institutoparadigma.org.br)

## **Sumário**

<b>Apresentação</b>	<b>pág. 2</b>
<b>Discutindo conceitos: Diversidade e inclusão</b>	<b>pág. 6</b>
<b>Reconhecendo as diferenças</b>	<b>pág. 10</b>
<b>Acessibilidade para todos</b>	<b>pág. 13</b>
<b>Anexo</b>	
<b>Como realizar um diagnóstico e estabelecer prioridades</b>	<b>pág. 36</b>
<b>Sites para consulta</b>	<b>pág. 45</b>

## **Ficha Técnica**

*Produção de conteúdo*

*Fabiano Puhlmann, Silvana Cambiaghi, Danilo Namó, Luis Fernando Estuqui*

*Supervisão de edição*

*Flávia Russo e Lúcia Rodrigues*

*Fotografia*

*Arthur Calasans, Felipe Russo, Luis Fernando Estuqui*

### **Instituto Paradigma • 2007**

Rua Texas, 455, Brooklin Novo

Campo Belo, São Paulo, CEP: 04557-000

Tel/fax: (11) 5090-0075

E-mail: [instituto@iparadigma.org.br](mailto:instituto@iparadigma.org.br)

## Diversidade e inclusão



Podemos ilustrar a inclusão com a metáfora que a compara a um caleidoscópio, que é aquele brinquedo em forma de tubo, com pedacinhos de vidro colorido, que muda de forma conforme o movimentamos na frente de nossos olhos.

Sua configuração depende da composição formada por inúmeros pedacinhos coloridos e quando se retira algum, mesmo o menor deles, o desenho se desarmoniza e fica empobrecido.

Somos todos diferentes uns dos outros. Cada pessoa se constitui, a partir de inúmeras características, experiências, histórias, contextos, combinações.

Mulheres, homens; crianças, jovens, adultos, idosos; brancos, negros, pardos, amarelos, vermelhos; baixos, altos; gordos, magros; empregados, desempregados; heterossexuais, homossexuais; baianos, paranaenses, capixabas, cariocas, amazonenses, alagoanos, sergipanos, gaúchos, paulistas, cearenses; moramos em cidades grandes, médias, pequenas, no campo, na floresta; pessoas com deficiência, pessoas sem deficiência; católicos, evangélicos, presbiterianos, umbandistas, espíritas, judeus, muçulmanos, ateus; solteiros, casados, divorciados, separados...

Fazemos parte de alguns grupos e não fazemos de outros. Por exemplo, uma pessoa pode se incluir no grupo das mulheres recifenses e não no grupo das mulheres catarinenses, ela pode ser evangélica e não espírita, mas ela tem algo em comum a todas, que é o fato de ser mulher.

Essas inúmeras características podem ser vistas como fatores de agregação, de agrupamento, de diferenciação e de inclusão. Porém, ao mesmo tempo, podem ser o pretexto de práticas excludentes. Isto vai depender das nossas ações e das nossas atitudes e posicionamentos frente a estas questões.

É preciso, então, que cada um reconheça nessas diferenças posições de contato e empatia com o outro. É importante que vejamos o outro como um todo, inclusive com a parte diferente, para que possamos nos reconhecer nas demais partes e, então, nos relacionarmos de maneira a respeitar a diversidade como uma característica intrínseca e componente de todos nós.

Entre as pessoas com deficiência, podemos observar um sério obstáculo nesse processo. Muitas vezes, elas são mantidas num grupo de iguais, ou seja, pessoas com o mesmo tipo de deficiência.

Antes mesmo que as pessoas com deficiência exercitem sua ação no mundo, a sociedade já define suas limitações e os seus grupos de convivência. Então, o relacionamento, a troca de experiências e toda a riqueza que o contato com a diversidade propicia deixam de acontecer.

Nós, que vivemos a infância nas décadas de 50, 60, 70 e 80, não tivemos muita oportunidade de conviver com pessoas com deficiência em nosso cotidiano.

Quantas vezes já escutamos: "Coitada da Margarida... tem um filho que é doente". "Ele não vai à escola porque é fraquinho da cabeça". "Joana, com essa barriga você olhou para um aleijado? Se benza... Deus te livre!".

Devido a situações e perspectivas como as citadas, que eram, e ainda são comuns nos dias de hoje, muitas pessoas ficam inseguras para iniciar o contato com uma pessoa com deficiência. Isso é natural, já que não fomos habituados a conviver com a diferença.

Precisamos compreender que se, por causa da deficiência, uma pessoa tiver dificuldade para realizar algumas atividades, terá habilidade para fazer outras coisas, como é comum e natural em qualquer pessoa.

Não devemos fazer de conta que a deficiência não existe. Relacionar-se com uma pessoa com deficiência ignorando este fato, também seria ignorar uma característica importante dela. Se a deficiência existe, devemos aceitá-la, levá-la em consideração e respeitá-la.

Respeitar a deficiência significa, entre outras coisas, não subestimar as possibilidades e nem superestimar as dificuldades; respeitar o direito das pessoas tomarem suas próprias decisões e assumirem a responsabilidade por suas escolhas.

De todas as muitas formas de discriminação, existe aquela que afeta a pessoa com deficiência de modo muito singular, que é o preconceito, que muitas vezes se apresenta de forma velada. Apesar desta situação também assumir as formas tradicionais do desprezo, da segregação ou da violência, o que distingue a discriminação contra as pessoas com deficiência é que, em geral, ela vem revestida na forma da caridade, da assistência, da ajuda corriqueira para subir um degrau aqui, para atravessar uma rua ali. Essa ajuda circunstancial aceita como “uma boa ação”, não se reverte em uma ação integrada de mudanças sociais que garantirá a vida independente do cidadão com deficiência. As dificuldades enfrentadas numa sociedade não inclusiva são debatidas, constatadas, mas com mudanças ainda tímidas.

É importante que se ressalte que não se está desprezando a solidariedade entre as pessoas. É importante que todos se ajudem mutuamente. O que não se deseja é que essa ajuda substitua a possibilidade da pessoa com deficiência fazer parte da sociedade em condições iguais a quem não possui algum tipo de deficiência. E, também é importante lembrar as dificuldades que todos estão sujeitos por ocasião de alguma limitação temporária ou quando se é idoso.

Para que essa independência seja garantida, é fundamental que se compreenda o significado de integração e inclusão. Isso se faz necessário para que se possa compreender as mudanças que vem sendo propostas nos programas de atenção às pessoas com deficiência, principalmente as relacionados à educação, saúde, trabalho, à cultura e ao lazer.

O conceito de **integração** pressupõe a necessidade de adaptações e adequação do indivíduo, que vai integrar-se a um espaço social, a um modelo já posto. Portanto, para torná-lo possível e viável, na lógica da integração, este indivíduo deve ser primeiro reabilitado para somente depois, se possível, ser integrado.

O pressuposto da reabilitação traz como princípio básico a idéia de recuperação ou aquisição de funções, tendo como parâmetro o que é considerado normal. O conceito de normalização, ou de norma, é bastante complexo, mas para esta reflexão vale lembrar que o critério de normal não é apenas aquele que representa a maioria, mas também aquele considerado ideal. Na base do conceito está a idéia de “consertar” para normalizar. Sendo assim, como meta da



reabilitação, os padrões de normalidade foram buscados e comparados aos parâmetros máximos, para que a pessoa com deficiência, depois de reabilitada, pudesse integrar-se perfeitamente à sociedade.

Neste caso, integrar é um caminho de mão única, ou seja, cabe à pessoa com deficiência adaptar-se para cumprir as exigências da sociedade. Sob essa perspectiva, a sociedade se considera "pronta", não cabendo nenhuma modificação.

O princípio do reconhecimento e respeito à diversidade fortaleceu o movimento da **Inclusão**. Nesse novo enfoque, não se propõe a negação das diferenças, mas sim considerá-las e respeitá-las. Não se propõe a igualdade massificada, mas a equiparação de oportunidades. Não se trata de preparar para integrar, mas de incluir e transformar. A inclusão pressupõe um caminho de mão dupla e exige respeito de todos. Isto é, considerar uma sociedade em permanente reflexão e mudança, e não um modelo pronto.

Não se trata de uma mera interpretação semântica, ou de troca de verbo - integrar ou incluir - mas de um novo paradigma, de um olhar ampliado, onde todos agem no sentido de construir seus grupos de convivência e espaços dialogando e compartilhando direitos e deveres com todas as pessoas.

## 1. Reconhecendo as diferenças



Nos dias de hoje, ninguém contesta que as necessidades das pessoas com deficiência devem ser respeitadas pela sociedade e que esta deve oferecer meios para que todas as pessoas tenham acesso à participação ativa em todos os setores da sociedade.

Mas, o reconhecimento da deficiência como uma diferença, entre tantas outras, também precisa ser exercitado pela identificação e respeito das demandas específicas que cada deficiência trás para cada indivíduo, assim como acontece com as características pessoais de todos.

Em outras palavras, não devemos ser indiferentes às deficiências, pois é a partir dela que ampliamos as possibilidades de trocas e vivências, que tanto favorecem o desenvolvimento de todos nós.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) distinguiu, em 1980, três conceitos afins. São seguidos por praticamente todas as organizações internacionais que abordam a questão da deficiência (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Organização das Nações Unidas - ONU), criando parâmetros universais de direitos e políticas públicas.

Vejamos o que se entende por cada um deles:

- **Deficiência:** "Qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica". (OMS, 1980: 35)
- **Incapacidade:** "Qualquer redução ou falta (resultante de uma deficiência) de capacidades para exercer alguma atividade dentro dos limites considerados normais para o ser humano". (OMS, 1980: 36)
- **Desvantagem:** "Impedimento, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de uma atividade

considerada normal para um indivíduo, tendo em atenção a idade, o sexo e os fatores sócio-culturais". (OMS, 1980: 37)

A deficiência caracteriza-se por uma alteração física, intelectual ou sensorial que pode ser temporária ou permanente. Portanto, dizer que um indivíduo "tem uma deficiência" não significa que tenha uma doença, nem que deva ser encarado como doente. A deficiência é uma condição, e sendo assim, é inadequado afirmar genericamente que então essas pessoas sejam "incapazes", quando queremos nos referir a alguém que "tem uma incapacidade".

A incapacidade é uma diferença em termos de atuação e interação do indivíduo. Podemos citar alguns exemplos: uma criança surda é incapaz de ouvir. Ela pode estudar, trabalhar, se divertir, dançar e viver normalmente; ela apenas não ouve.

Uma pessoa com retinopatia, por exemplo, desenvolveu uma deficiência visual e não pode mais enxergar. Ela pode ler em Braille, utilizar softwares de leitura, estudar, praticar esportes, viajar sozinha, trabalhar, casar e ter uma vida plena; apenas não enxerga.

Uma mulher que sofreu um acidente e ficou paraplégica, não pode andar. Em sua cadeira de rodas, ela pode estudar e trabalhar, namorar, ter filhos e viver como qualquer pessoa da sociedade; apenas não anda. A incapacidade que a deficiência provoca na vida dessas pessoas não representa o limite delas.

Tanto a deficiência, quanto a incapacidade que esse quadro provoca, são características individuais, que não podem ser redimensionadas na qualidade das relações entre a pessoa que tem a deficiência e as que não a possuem. Não é, portanto, uma condição alterada socialmente.

A situação de desvantagem, por sua vez, só pode ser determinada a partir de uma relação de comparação. Então, ela é um fenômeno social. Por exemplo: uma pessoa com deficiência física é incapaz de andar, mas consegue locomover-se com autonomia em sua cadeira de rodas. A desvantagem está no fato de que, em sua cadeira, essa pessoa não consegue subir escadas. Nesse caso, a rampa oferece uma situação de equidade para a locomoção das pessoas com e sem deficiência. Quando ela não está presente representa uma barreira social.

Quando relacionamos esses conceitos com a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, podemos concluir que a questão da desvantagem é a que adquire maior relevância nesse processo.

Isso se dá pelo fato de que a maior parte (e em alguns casos todas) as desvantagens podem ser diminuídas ou eliminadas com iniciativas de equiparar as oportunidades e situações entre os profissionais que possuem alguma deficiência e os que não possuem.

## 2. Acessibilidade para todos



Vivemos um momento social onde a inclusão é uma das diretrizes de valorização da vida de todas as pessoas na sua plenitude. O fato de a inclusão privilegiar a interação entre pessoas com e sem deficiências exige um ajuste no contexto social, pois a sociedade ainda não se encontra preparada para este exercício, tendo em vista que, em épocas anteriores ainda muito próximas, pessoas com deficiências eram socialmente excluídas e afastadas. Entre estes esforços e ajustes de convivência, estão as adaptações relacionadas aos espaços físicos, que devem seguir uma arquitetura, urbanismo e design acessíveis.

A acessibilidade é um fator essencial no processo de inclusão. O espaço tem a capacidade de proporcionar e aproximar a comunicação e a convivência das pessoas. Dizer não ao usuário quando não é adequado também é pouco democrático, pois impede o uso dos espaços por aqueles que apresentam alguma desvantagem na sua utilização. A adequação física permite que todos circulem e exerçam suas atividades necessárias com autonomia e integridade.

Sempre que se pergunta se algum local é acessível, geralmente a resposta é positiva baseada na existência de uma rampa, independente dessa estar adequada ou não. A rampa se tornou um símbolo de acessibilidade física, assim como o banheiro adaptado. No entanto, a adequação dos espaços não se resume apenas a estes dois elementos.

Pode-se definir acessibilidade como conjunto de condições e possibilidades de alcance, para utilização com segurança e autonomia de espaços e edificações, sejam eles públicos ou privados. O mobiliário e os equipamentos devem proporcionar a maior autonomia e independência possível e dar a pessoa com deficiência, ou com restrição de mobilidade, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar.

Segundo a ABNT (NBR9050:2004), a acessibilidade é definida como a "Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos".

É importante que se ressalte que a acessibilidade não deve ser relacionada apenas as pessoas com deficiência, mas também aquelas com mobilidade reduzida, permanente ou temporária.

**Pessoa com mobilidade reduzida (NBR9050:2004):** Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa e gestante, entre outros.

Na década de 60, em Washington, foi criada uma comissão para estudar e caracterizar um “Desenho Livre de Barreiras”, que se constituiria em uma proposta, para oferecer parâmetros aos projetos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas. Nesta linha de pensamento a diversidade humana é pensada em função das barreiras existentes, onde a exclusão e a segregação das pessoas com deficiência estariam vinculadas a existência destas barreiras arquitetônicas. A prática desta maneira de conceber projetos arquitetônicos e produtos não significa somente remover barreiras, mas visa privilegiar o conforto de todos e evitar que essas barreiras venham existir desde o princípio.

O conceito de um desenho livre de barreiras acabou evoluindo para o “Desenho Universal”, destinado a qualquer pessoa, inclusive pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Pode-se entender como uso igualitário. Quando todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, tornam-se capazes de fazer escolhas, e usufruir dos espaços sociais numa vida produtiva e independente, temos a inclusão.

De acordo com as definições de Ron Mace (1991), a acessibilidade é entendida como “a criação de ambientes e produtos que podem ser usados por toda a pessoa na sua máxima extensão possível”.

Outra definição para o desenho universal, segundo a ABNT (NBR-9050:2004), é “aquele que visa a atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”.

O desenho universal está baseado em sete princípios, expostos no quadro abaixo:



## Os princípios do desenho universal

**1. Uso Equitativo:** estabelece que os produtos sejam úteis a pessoas com diversas capacidades e habilidades diferenciadas proporcionando a mesma forma de utilização a todas elas;

**2. Flexibilidade de Uso:** deve atender a uma ampla gama de indivíduos, preferências, habilidades e capacidades individuais, possibilitando que se escolha a forma de utilização mais adequada;

**3. Uso simples e intuitivo:** o design deve ser de fácil compreensão independente da experiência, conhecimento do idioma, nível de informação ou da capacidade de concentração do usuário;

**4. Informação perceptível:** estabelece que a comunicação da informação seja eficaz, através de diferentes modos (pictográfico, verbal ou tátil) para que atenda a todos, independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais;

**5. Tolerância ao erro:** determina que se minimize riscos e reações adversas no caso de acidentes e as conseqüências adversas de ações involuntárias ou imprevistas;

**6. Baixo esforço físico:** estabelece que produtos possam ser usados eficiente e confortavelmente com o mínimo esforço, fadiga e operações repetitivas;

**7. Tamanho e espaço para aproximação e uso:** determina que o tamanho e espaço para interação, aproximação, alcance, manipulação e uso sejam adequados, independente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário.

Trabalhar em prol da inclusão social e econômica das pessoas com deficiência é também criar ambientes que possam ser de uso comum a todas as pessoas, independente de suas características físicas e cognitivas, fazendo uso de padrões e normas e ajudas técnicas que atendam as necessidades de acessibilidade, e assim, ampliar o leque de pessoas que poderão participar e usufruir do ambiente quer em condição de trabalho, ou como um simples usuário desse espaço.

Para se promover adaptações rumo ao conceito do desenho universal é necessário a realização de um diagnóstico das condições de acessibilidade nos espaços e edificações.

Diante disso, é importante levar em conta alguns pontos quando se está diagnosticando as condições de acessibilidade nas empresas, nos mais diferentes segmentos das cadeias produtivas, trazendo informações para que os interessados tenham subsídio para refletir e providenciar as adequações necessárias.

As informações disponíveis neste material têm como base a **ABNT NBR9050/04 Acessibilidade a edificações, mobiliário e equipamentos urbanos** e a experiência e conhecimento técnico do Instituto Paradigma na área da inclusão econômica e na assessoria às empresas nesse tema.

As recomendações para adequação física devem ter como base o estudo dimensional dos espaços necessários para circulação e manobras de pessoas utilizando os mais variados tipos de equipamentos: muletas, bengalas, andadores, cães-guia etc. Utilizam-se, principalmente, as dimensões da cadeira de rodas, que é chamado "*módulo de referência*", por ser o equipamento que necessita maior espaço para seu deslocamento e manobras. Se há espaço para uma pessoa em cadeira de rodas circular, há espaço adequado para todos.

Deve-se levar em conta o conceito de ocupação de espaço e não apenas para os locais de passagem. Os alcances manuais e visuais de uma pessoa sentada em cadeira de rodas são diferentes de uma pessoa em pé, o que deve ser considerado, sobretudo no posicionamento de sinalização visual em portas, corredores, objetos, acessórios de banheiros, prateleiras, interruptores, quadros de aviso e etc. É necessário se pensar no conforto de permanência no espaço e na agilidade de acesso.



## NOTAS IMPORTANTES:

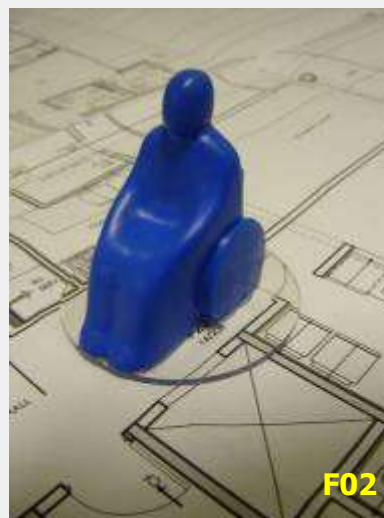
Para iniciar a análise dos espaços é importante conhecer alguns conceitos:

**Área de circulação:** área de deslocamento que deve apresentar dimensão mínima e ser livre de obstáculos.

**Área de giro:** área necessária para rotação de uma cadeira de rodas seja de 90°, 180° ou 360°.

**Área de transferência:** área necessária para uma pessoa transferir-se da cadeira de rodas para outros elementos como, por exemplo, bacia sanitária, banco do automóvel, mobiliário etc.

**Área de aproximação:** área necessária para a utilização confortável e segura de elementos, tais como mesas, balcões, lavatório etc. A aproximação pode ser feita de maneira frontal ou lateral, dependendo do tipo de ação necessária. Tem-se como base o módulo de referência e a dimensão necessária conforme equipamento a ser utilizado.



Para falar sobre adequação física, pode-se seguir uma seqüência de espaços desde a área externa até os ambientes internos, chegando ao posto de trabalho, seguindo o conceito de rota acessível. Não há como pensar apenas nos espaços isolados, pois não há sentido em adequar um sanitário que tem no seu caminho um degrau, por exemplo.

**Rota acessível (NBR9050:2004):** Trajeto contínuo ou desobstruído, sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos dos espaços ou edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc.

É importante ressaltar que as recomendações descritas somam-se durante a análise de um percurso acessível e devem ser consideradas como um *todo*. Assim, recomendações citadas para elementos do interior da edificação podem ser aplicadas também na área externa e vice-versa. A divisão entre

essas áreas é feita apenas para facilitar o planejamento do trabalho e para melhor entendimento.

## **A análise começa pela área urbana do entorno da empresa**

As calçadas permitem a circulação de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou pequenos equipamentos?

Existem vários elementos que devem ser considerados no entorno:

- Sempre que houver uma faixa para a travessia de pedestres, deve haver um ***Rebaixamento de calçada para pedestres***, com inclinação adequada e sinalização com piso tátil de alerta (vide quadro). Existem várias maneiras de se construir este rebaixamento, evitando-se sempre que seu posicionamento invada a área de circulação livre da calçada. Nas áreas urbanas no entorno da empresa, esse rebaixamento deve ser solicitado à prefeitura local.



### **Sinalização tátil no piso:**

Sinalização tátil no piso auxilia a pessoa com deficiência visual a circular com segurança e autonomia, existem dois tipos, cada um com sua especificidade de aplicação:

#### **Piso tátil de alerta:**

O piso tátil de alerta deve ser utilizado sempre que houver mudança de plano ou alguma situação que ofereça risco aos transeuntes, como obstáculos aéreos, zonas internas e externas da empresa que ofereçam risco.



#### **Piso tátil direcional:**

O piso tátil direcional deve ser utilizado como um guia identificável para o rastreamento da bengala das pessoas com deficiência visual, facilitando sua locomoção e orientação com segurança, como por exemplo, nas áreas externas de postos de gasolina, plantas externas e internas de fabrica e áreas de acesso de veículos.



- Quando não houver estacionamento interno, ou próximo à entrada da edificação, é necessário se demarcar uma **vaga reservada** para estacionamento, ou embarque/desembarque de pessoas com deficiência física. É importante que junto à vaga exista também o rebaixamento da guia para acesso à calçada, ou entrada do edifício, e a faixa para que o indivíduo faça a sua transferência do veículo à cadeira. A sinalização adequada é feita com a colocação do símbolo internacional de acesso no piso (sinalização horizontal) e em uma placa (sinalização vertical).



- A largura ideal da **área de circulação** em calçadas ( ou espaços internos ou externos), deverá permitir sempre a passagem simultânea de uma pessoa em cadeira de rodas e outra em pé , de aproximadamente 1.20m. a 1.50 m.



**Exemplo de estrangulamento da circulação na calçada**

- Os **pisos** utilizados nas áreas externas de circulação, como os passeios, por exemplo, não podem ser um impedimento ou dificultar a passagem de cadeiras de roda. Alguns pisos, por exemplo, provocam trepidação excessiva. Outros fatores também podem prejudicar a circulação das pessoas com deficiência, como a falta de manutenção das calçadas ou áreas externas, raízes de árvores danificando o piso ao redor, coletores de lixo, telefones públicos e caixas de correio mal posicionados, pisos escorregadios, juntas de dilatação do piso muito largas, etc.



- O ideal é que nessas áreas de circulação não haja **desníveis**.
- Os equipamentos tais como lixeiras, orelhões, caixas de correio, ou qualquer outro que apresente uma estrutura de volume superior em sua altura maior que a base, e que não possam ser detectados no movimento de varredura de uma bengala de cego, podem se tornar **obstáculos aéreos** e devem apresentar alguns metros antes, sinalização tátil de alerta. A vegetação (canteiros e árvores ornamentais) também pode representar um obstáculo, quando apresentarem galhos invadindo a área de circulação seja na parte superior ou na lateral, sem o devido delineamento do canteiro.



Orelhão instalado no meio da calçada sem sinalização tátil de alerta no piso



Vegetação com galhos invadindo o espaço de circulação

## A análise das áreas externas no ambiente interno da empresa

Após a observação de elementos da área urbana, é necessário analisar as áreas externas e comuns da empresa, de acesso e circulação de funcionários.

Quando houver um estacionamento interno para funcionário e visitantes, a vaga mais próxima à entrada da edificação deve ser reservada para estacionamento de pessoas com deficiência física conforme já descrito acima. É importante que ela tenha desenhado no piso o símbolo internacional de acesso, para diferenciá-la e, ao mesmo tempo, orientar os usuários do estacionamento.



- Alguns elementos mal dimensionados e instalados no piso podem prejudicar a circulação, tais como **grelhas** e **capachos**. O importante nas grelhas é que suas barras não sejam muito distantes a ponto de permitir o travamento das rodas frontais das cadeiras de rodas, por exemplo.
- Os capachos geralmente estão colocados sobre o piso, gerando um degrau e dificultando a passagem. A maneira adequada é embuti-lo no piso nivelando-o ao piso adjacente.



As grelhas devem ter o espaçamento entre seus elementos menor que 15 mm para não travar rodas, saltos de sapato e bengalas de cego, por exemplo.

A sinalização visual para **circulação nas áreas externas da empresa** deverá ser clara, direta, e seguir as orientações abaixo:

## Sinalização Acessível

A sinalização é uma importante ferramenta de informação e orientação no espaço. Muitas vezes ela pode gerar dúvidas, ou por falta de indicação ou simplesmente pelo não entendimento da linguagem adotada.

O texto utilizado na sinalização deve ser claro, direto e de fácil leitura. O contraste de cores entre as letras e o fundo, assim como o tipo de letra utilizada são fundamentais. A utilização de símbolos (pictogramas) junto ao texto também facilita o entendimento.

O ideal é que toda informação seja passada através de sinalização visual, tátil e sonora (esta, sobretudo, em casos de emergência), indicando os ambientes, entradas/saídas, rotas de fuga e uso de elementos/equipamentos.

O uso do Braille é importante. O ideal é que a escrita Braille esteja associada à sinalização visual logo abaixo, com caracteres ou pictogramas em relevo. É importante lembrar que a sinalização em Braille deverá estar em alcance manual das pessoas e em altura confortável.



F23



F24



## **Símbolo Internacional de Acesso (pode ser colocado numa caixa)**

O *Símbolo Internacional de Acesso* indica os espaços acessíveis a todas as pessoas com deficiência. Convencionou-se que este símbolo seria representado pela figura de uma cadeira de rodas.

Ele deve ser aplicado em orientação de entradas, recepção e locais de atendimento, vagas em estacionamento, áreas de embarque/desembarque, santários, saídas de emergência, etc.

Podem ser utilizados também símbolos específicos internacionais para indicar locais acessíveis para pessoas com deficiência visual e auditiva.



**SIA – Símbolo  
Internacional de  
Acesso**



**Símbolo  
Internacional de  
pessoas com  
deficiência auditiva**



**Símbolo  
Internacional de  
pessoas com  
deficiência visual**

## Cuidados com o ambiente interno da empresa

Pensar no ambiente interno acessível na empresa é uma questão para além da circulação ou adaptação dos espaços para as pessoas com deficiência. É também pensar na qualidade de vida e conforto de todas as pessoas que ali convivem, onde se deseja um bom clima organizacional e alta produtividade.

A adequação do ambiente para acolher a contribuição de todos na busca do cumprimento das metas estratégicas da empresa indica investimento com retorno, e não apenas uma interpretação simplista de geração de despesas.

### A análise do espaço interno:

- As **portas** devem apresentar um vão livre de, no mínimo 0.80 m, para a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas, independente do modelo utilizado. Para possibilitar o movimento, com autonomia, de abertura da porta por uma pessoa em cadeira de rodas, sem que seja necessário o movimento de ré da cadeira, é aconselhável que se tenha um espaço lateral de manobra, ao lado dessa maçaneta. É importante também que as maçanetas sejam adequadas, sobretudo nas portas localizadas em rotas de fuga, que facilitem o movimento das pessoas que possuem mobilidade reduzida nas mãos.



Maçaneta adequada: modelo alavanca

- Os **balcões de recepção** são geralmente pensados para serem utilizados por pessoas em pé. Assim, dificulta-se sua utilização por pessoas em cadeira de rodas ou de baixa estatura, sobretudo quando forem necessárias ações de leitura, assinatura de documentos, ou registro de controle de portaria, por exemplo, onde o contato visual também fica prejudicado. O ideal é que pelo menos parte dele tenha um desnível de 0.90m de altura do piso e permita a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas.



F13

Os **bloqueios** (catracas) mais utilizados não permitem a passagem de pessoas com deficiência, principalmente usuários de cadeiras de rodas, andadores, não só pela largura da passagem como também pelo mecanismo utilizado. A forma mais difundida é a demonstrada na ilustração. Mas, já existem no mercado alguns modelos mais avançados, com largura suficiente nas catracas para a passagem confortável de uma cadeira de rodas, facilitando o acesso livre de todas as pessoas, inclusive gestantes e obesos.



- Os **sanitários acessíveis**, devem ser isolados ou dimensionados em um boxe maior dentro dos sanitários de uso público, seguindo algumas recomendações:
  - *Dimensionamento:* a área mínima recomendada é de 1.70 m de profundidade por 1.50 m de largura para possibilitar o giro e a transferência da cadeira para a bacia sanitária.



- *Portas com* vão livre mínimo de 0.80 m, com barra horizontal ao lado da maçaneta, na parte interna, para facilitar seu fechamento. É importante que a porta abra para fora, pois auxilia nas situações de emergência. Nesses casos, quando a área ocupada é a mínima recomendada, a cadeira pode se tornar um obstáculo impedindo a abertura da porta.



- *Bacia sanitária:* Deverá ser um pouco mais alta que as bacias convencionais tendo 0.46 m de altura do piso acabado. Podem ser instaladas bacias que já existem no mercado com essa altura, ou se construir uma base (conhecida como sóculo) para elevação de uma bacia de padrão convencional. Na lateral e no fundo da bacia devem ser instaladas barras de apoio para a transferência da cadeira para o sanitário.
- *Lavatório:* é recomendável que o sanitário acessível tenha um lavatório para facilitar a higienização pessoal. É necessário que o lavatório permita a aproximação frontal de cadeirantes, para tal, deve ser instalado em altura adequada, e não apresentar qualquer elemento inferior na sua base, como por exemplo, colunas e saias largas (no caso de bancadas). A torneira, assim como as maçanetas, não deve ser de difícil utilização. Os modelos mais adequados são aqueles chamados de alavanca onde não exista um movimento de torção ou pressão de mão para abertura ou fechamento da torneira.
- É importante favorecer o alcance e conforto de uma pessoa em cadeira de rodas na utilização de acessórios, tais com espelhos, papeleiras, cestos de lixo, saboneteiras, etc.
- O acesso as áreas restritas aos sanitários deverá ter sinalização adequada e , quando necessário, circulação vertical, assim chamada por vencer desníveis, que pode ser feita por

equipamentos eletromecânicos, para vencer barreiras de desníveis, escadas e rampas íngremes:

➤ A **rampa** se tornou um símbolo popular de acessibilidade física. No entanto, existem várias recomendações para que ela esteja adequada:

- Inclinação que possibilite autonomia do usuário sem grande esforço físico (inclinação máxima de 8,33%);
- Guia de balizamento ( presente nas laterais da rampa quando esta não estiver próxima a uma parede);
- Piso antiderrapante;
- Corrimão duplo (duas alturas) com prolongamento nas extremidades para uso de todas as pessoas;



- Sinalização tátil de alerta no piso antes do início e após o término, como medida de segurança de todos os usuários, principalmente das pessoas com deficiência visual.

➤ **Escadas** podem ser utilizadas quando houver equipamentos eletromecânicos, como **plataformas e elevadores**, possibilitando acessibilidade para quem não consiga subir escadas. Estes também devem seguir algumas recomendações de segurança como as rampas:

- Sinalização tátil antes do início e após o término dos degraus da escada, e com indicações de acesso a plataforma ou elevador;
- Corrimãos com prolongamento nas extremidades, com acabamento recurvado. No caso das escadas, o corrimão com duas alturas é opcional, pois a plataforma ou o elevador já devem contar com os apoios necessários;
- Largura mínima suficiente para passagem e transporte de duas pessoas ( um cadeirante e outra pessoa de pé);



- Existem dois tipos de **plataformas**, as de percurso vertical e as de percurso inclinado. Este tipo de equipamento tem o tamanho mínimo necessário para transportar um cadeirante, e geralmente em pequenos percursos. Podem ser de cabine aberta ou fechada, dependendo da altura a ser vencida e dos cuidados de segurança que o espaço demanda.

Importante: Qualquer equipamento eletromecânico utilizado como solução para acessibilidade deve estar em conformidade com a legislação vigente, e os requisitos de segurança adequados ao local onde for instalado.

- Os modelos adequados de **elevadores** seguem as seguintes recomendações:
  - Cabine com dimensões mínimas de 1.10 m x 1.40 m;
  - Botoeiras sinalizadas também em Braille;
  - Registro visual e sonoro de chamada;
  - Comunicação sonora audível para informar subida, descida e parada do elevador;
  - Monitor de identificação do pavimento fixada em ambos os lados do batente do elevador, com botoeiras em altura acessível para pessoas em cadeira de rodas e baixa estatura;

- Espelho fixado na parede oposta à porta;
- Barras internas de apoio;
- Porta com vão livre de no mínimo 80 cm.



### A Distribuição do Mobiliário



- A distribuição do **mobiliário** deve possibilitar a circulação e a utilização dos móveis de maneira adequada e confortável pelos usuários. O ideal é que sejam preservados espaços de 0.90 m de largura para a circulação.
- Para o mobiliário e equipamentos que necessitem a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas é necessário que haja espaço suficiente para a aproximação frontal, sem obstáculos internos como gaveteiros, ou travessas de madeira.
- Estações de trabalho, bebedouros, mesas de refeição, bancadas de copas, por exemplo, devem ter altura adequada com vão inferior livre

para a movimentação do cadeirante. O ideal é que as mesas tenham ajustes de altura, pois, normalmente ajusta-se a cadeira, e até as estações de trabalho, conforme a estatura do usuário, opção esta que muitas vezes não é pensada também para o cadeirante. Os **armários** devem ter preferencialmente portas de correr com puxadores de fácil manuseio e gavetas corrediças, ao alcance do usuário.





Pensar na utilização dos espaços com a perspectiva saudável de conforto, segurança e funcionalidade previne doenças ocupacionais que afetam a produtividade e a qualidade de vida do funcionário.

**Tecnologia Assistiva ou ajudas técnicas** é qualquer equipamento ou sistema (software), adquirido comercialmente, modificado, ou customizado, que se destina a aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência.

Nos postos de trabalho, talvez sejam necessárias algumas adaptações de acordo com a especificidade de cada deficiência e de cada usuário, em função da atividade a ser desenvolvida.

Nem todas as pessoas com deficiência têm dificuldades na utilização de equipamentos, computadores, ou para acessar a Web. Mas, alguns tipos de deficiências podem resultar no comprometimento da funcionalidade do indivíduo, podendo representar limitações ou obstáculos, que podem gerar impedimentos no exercício de suas competências para o trabalho, gerando a exclusão, podemos citar como exemplo:

- **Deficiência visual:** visão subnormal, restrita ou cegueira de cores;
- **Habilidades cognitivas:** dificuldades em processos complexos e abstratos, dislexia ou perda de memória;
- **Restrições motoras:** dificuldades em utilizar o mouse, teclado ou outros equipamentos;
- **Adaptações tecnológicas:** adaptações de software ou sistemas para a inclusão digital de todos os usuários com deficiência.

O uso de *tecnologias assistivas* também permite o acesso sem barreiras ao trabalho. Podemos citar alguns exemplos de tecnologias assistivas:

- **Sintetizador de voz** é um software com leitor de tela para pessoas com deficiência visual;
- **Lupa** é um recurso que amplia a parte selecionada da tela do computador para facilitar a leitura das pessoas com baixa visão;
- **Teclado / mouse especial, ou joystick** são equipamentos adaptados que ajudam as pessoas com deficiência motora a operarem o computador ou outros equipamentos e máquinas;

- Softwares de **reconhecimento de voz**;
- **Impressora Braille.**



Pode-se classificar também como tecnologia assistiva o telefone conhecido como **TDD** (Telecommunications Device for the Deaf). Este sistema de comunicação permite que pessoas com deficiência auditiva se comuniquem através da digitação de mensagens, as quais são lidas por uma telefonista que intermédia a ligação com o interlocutor e a pessoa com deficiência auditiva. A instalação pode ser solicitada na operadora de telefonia.

O editor de mensagens de texto do telefone celular também pode ser considerado uma importante ferramenta de comunicação e uma tecnologia assistiva para as pessoas com deficiência auditiva.



## **Ampliando a visão do processo de inclusão no ambiente da empresa**

Com algumas informações sobre as necessidades das pessoas com deficiência é possível sensibilizar e tornar mais acessível o universo das pequenas e grandes empresas, desmistificando a idéia de que a contratação dos funcionários com deficiência gera custos adicionais a operação no atendimento de suas necessidades específicas. Mas, o que se tem observado são muito ganhos em contrapartida, principalmente aqueles ligados ao exercício de valores organizacionais e benefícios a cultura da empresa, onde o convívio com a diversidade fortalece o paradigma de que todas as pessoas são diferentes, e é na riqueza dessa convivência que contabilizamos os ganhos do ponto de vista dos valores humanos.

Estudos realizados em 2004, por exemplo, pelo Instituto Akatu, já apontavam que 46% dos consumidores fazem sua escolha por produtos das empresas que empregam pessoas com deficiência.

No entanto, pensar em um projeto corporativo para a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho exige planejamento de curto, médio e longo prazo, com etapas organizadas e adequadas aos desafios e vocação de cada empresa, não existindo uma fórmula única e padronizada para a construção desse processo, uma vez que este deverá incorporar as características internas da empresa, sua estratégia de negócio e suas políticas de gestão de pessoas.

Este processo exige diálogo, disponibilidade, persistência e flexibilidade, competências essas exercitadas e muito apreciadas pela maioria das empresas quando pensa no perfil de seus colaboradores. Assim, os desafios da inclusão econômica poderão contribuir e muito para o amplo exercício dessas competências, e a geração de bons resultados nos negócios.

## Anexo 1

### Checklist básico para acessibilidade na empresa:

Para análise das instalações do ponto de vista da acessibilidade, pode-se utilizar como material de apoio uma lista com itens relacionados ao uso dos elementos/ambientes por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, (dimensões segundo NBR9050:2004). Desta forma, é possível estabelecer um plano de ação para adequação do ambiente e o estabelecimento de prioridades.

#### Calçada (externa ou interna)

<input type="checkbox"/> Vaga reservada para embarque e desembarque de pessoas com deficiência.
<input type="checkbox"/> Faixa de 1.20 m de largura para transferência ao veículo.
<input type="checkbox"/> Sinalização vertical adequada indicando a vaga reservada.
<input type="checkbox"/> Sinalização horizontal adequada (no piso) demarcando vaga reservada com o símbolo internacional de acesso.
<input type="checkbox"/> Circulação livre de obstáculos não sinalizados até a edificação. (Vegetação, obstáculos aéreos etc.)
<input type="checkbox"/> Largura livre mínima de 1.20 m para circulação.
<input type="checkbox"/> Piso com inclinação transversal (máximo 2%).
<input type="checkbox"/> Piso em bom estado de conservação.
<input type="checkbox"/> Piso que não apresente juntas de dilatação excessivas (causam trepidação em cadeira e rodas e retenção de bengalas de cego)
<input type="checkbox"/> Piso antiderrapante.
<input type="checkbox"/> Piso com desnível (máximo de 0.5 cm).
<input type="checkbox"/> Grelhas

#### Estacionamento

<input type="checkbox"/> Vaga reservada para estacionamento de veículos conduzidos ou que conduzam pessoas com deficiência
<input type="checkbox"/> Faixa de 1.20 m de largura para transferência ao veículo.
<input type="checkbox"/> Sinalização adequada vertical indicando a vaga reservada.
<input type="checkbox"/> Sinalização adequada horizontal (no piso) demarcando vaga reservada.

<input type="checkbox"/> Circulação para pedestres livre de obstáculos (tampas de caixas de inspeção, canaletas, valas, etc.).
<input type="checkbox"/> Obstáculos móveis obstruindo a circulação de pedestres (lixeiras, vasos, etc.).
<input type="checkbox"/> Piso com inclinação transversal (máximo 2%).
<input type="checkbox"/> Piso em bom estado de conservação.
<input type="checkbox"/> Piso que não apresente juntas de dilatação excessivas
<input type="checkbox"/> Piso antiderrapante.
<input type="checkbox"/> Piso com desnível (máximo de 0.5 cm).
<input type="checkbox"/> Grelhas

## Comunicação

<input type="checkbox"/> Mural com altura acessível
<input type="checkbox"/> Sinalização adequada para pessoas com deficiência na empresa
<input type="checkbox"/> Intranet acessível
<input type="checkbox"/> Sinalização adequada para chegar até o posto de trabalho

## Circulação

<input type="checkbox"/> Acessos, corredores com largura mínima de 0.90 m (extensão entre 0.40 m e 4.00 m).
<input type="checkbox"/> Acessos, corredores de uso comum com largura mínima de 1.20 m (extensão entre 4.00 e 10.00 m).
<input type="checkbox"/> Acessos, corredores de uso comum com largura mínima de 1.50 m (extensão maior que 10.00 m).
<input type="checkbox"/> Passagem com largura mínima de 0.80 m (extensão máxima de 0.40 m).
<input type="checkbox"/> Capacho com altura máxima de 0.5 cm ou embutido no piso.
<input type="checkbox"/> Grelha com vãos entre as barras menor que 1.5 cm.
<input type="checkbox"/> Rota acessível interligando os ambientes das áreas administrativas.

## Soleiras

<input type="checkbox"/> Piso com desnível superior a 0.5 cm.
<input type="checkbox"/> Desnível chanfrado 1:2 ( $H \leq 1.5$ cm).

## Portas

<input type="checkbox"/> Porta de acesso ao ambiente com largura livre mínima de 0.80 m.
<input type="checkbox"/> Porta com área de aproximação, na lateral, com largura mínima de 0.60 m.
<input type="checkbox"/> Porta com maçaneta tipo alavanca.

## Rampas

<input type="checkbox"/> Largura mínima de 1.20 m.
<input type="checkbox"/> Patamar com medidas mínimas de 1.20 m x 1.20 m.
<input type="checkbox"/> Inclinação máxima 8,33% (1/12).
<input type="checkbox"/> Piso antiderrapante.
<input type="checkbox"/> Piso tátil de alerta no início (extremidade mais baixa).
<input type="checkbox"/> Piso tátil de alerta no final (extremidade mais alta).
<input type="checkbox"/> Guia lateral de balizamento com altura mínima de 5 cm.
<input type="checkbox"/> Corrimão com altura dupla.
<input type="checkbox"/> Altura corrimão superior (0.92 m).
<input type="checkbox"/> Altura corrimão inferior (0.70 m).
<input type="checkbox"/> Corrimão em ambos os lados da rampa.
<input type="checkbox"/> Corrimão com seção circular entre 3.0 cm e 4.5 cm.
<input type="checkbox"/> Corrimão com prolongamento horizontal no início (min. 0.30 m).
<input type="checkbox"/> Corrimão com prolongamento horizontal no final (min. 0.30 m).

## Escadas

<input type="checkbox"/> Largura mínima de 1.20 m.
<input type="checkbox"/> Patamar com dimensões mínimas de 1.20 x 1.20 m.
<input type="checkbox"/> Piso tátil de alerta no início (extremidade mais baixa).
<input type="checkbox"/> Piso tátil de alerta no final (extremidade mais alta).
<input type="checkbox"/> Piso antiderrapante.
<input type="checkbox"/> Espelho entre 0.16 m e 0.18 m.
<input type="checkbox"/> Piso entre 0.28 m e 0.32 m.
<input type="checkbox"/> Projeção da aresta (bocel) maior que 1.5 cm.
<input type="checkbox"/> Corrimão em ambos os lados da rampa.
<input type="checkbox"/> Corrimão com altura de 0.92 m.
<input type="checkbox"/> Seção circular do corrimão entre 3.00 cm e 4.50 cm.
<input type="checkbox"/> Corrimão com prolongamento no início (min. 0.30 m).
<input type="checkbox"/> Corrimão com prolongamento no final (min. 0.30 m).
<input type="checkbox"/> Corrimão contínuo (sem intervalos entre degraus e patamares).

## **Elevadores**

<input type="checkbox"/> Pelo menos 1 deve atender à NBR 13994/2004 (como segue abaixo)
<input type="checkbox"/> Largura mínima de 1.50 m no hall diante da porta.
<input type="checkbox"/> Cabine com dimensões mínimas de 1.10 m x 1.40 m.
<input type="checkbox"/> Altura centro dos botões entre 0.89 m e 1.35 m.
<input type="checkbox"/> Sinalização braille junto aos botões.
<input type="checkbox"/> Interfone / intercomunicador instalado entre 0.89 m e 1.35 m e altura.
<input type="checkbox"/> Sinal sonoro diferenciado, sendo uma nota para subida e duas para descida.
<input type="checkbox"/> Comunicação auditiva indicando o andar.
<input type="checkbox"/> Botões nos pavimentos dispostos entre 0.90 m e 1.10 m de altura.
<input type="checkbox"/> Barras de apoio no perímetro da cabine.
<input type="checkbox"/> Espelho na face oposta da porta do elevador.
<input type="checkbox"/> Piso Tátil de alerta fronteiro à porta do elevador.
<input type="checkbox"/> Identificação do pavimento no batente do elevador entre 0.90 m e 1.10 m.

## **Plataformas exclusiva para pessoas com deficiência**

<input type="checkbox"/> Atender a Normas Técnicas.
<input type="checkbox"/> Dimensões mínimas de 0.90 m x 1.20 m.
<input type="checkbox"/> Porta ou barra de proteção (só abrir com desnível menor ou igual a 7.5 cm).
<input type="checkbox"/> Acionamento manual das barras de proteção.
<input type="checkbox"/> Guarda-corpo no fosso da plataforma.
<input type="checkbox"/> Guarda-rodas com altura mínima de 10 cm em todas as laterais.
<input type="checkbox"/> Alarmes sonoro e luminoso de movimento.
<input type="checkbox"/> Piso tátil de alerta na entrada/saída.
<input type="checkbox"/> Plataforma de plano inclinado deverá ter assento escamoteável.
<input type="checkbox"/> Plataforma de elevação vertical sem caixa enclausurada (fechamento até 1.10 m do piso).
<input type="checkbox"/> Tipo do translado (vertical ou inclinado):
<input type="checkbox"/> Indicação no piso do trajeto das plataformas inclinadas.

## **Ambientes administrativos**

<input type="checkbox"/> Circulação principal com largura mínima de 1.20 m
<input type="checkbox"/> Circulação geral com largura mínima de 0.90 m.
<input type="checkbox"/> Área de aproximação fronteira à mesa/balcão (0.80 m x 1.20 m).

Altura de mesa/balcão ( $0.75 \text{ m} < h < 0.80 \text{ m}$  e vão inferior  $\geq 0.73 \text{ m}$ ).

Recuo pés da mesa/balcão (0.30 m).

### **Refeitório/ Lanchonete**

Circulação principal com largura mínima de 1.20 m.

Circulação entre lugares com largura mínima de 0.90 m.

Altura da mesa entre 0.75 m e 0.85 m.

Altura livre sob a mesa mínima de 0.73 m.

Pés recuados - espaço livre mínimo de 0.50 m.

Circulação para acesso ao balcão de servir alimentação com largura mínima de 0.90 m.

Altura do balcão de alimentação com altura entre 0.75 m e 0.85 m.

Passa-bandeja com altura entre 0.75 m e 0.85 m.

### **Sanitários**

Localizado em rota acessível.

#### ***Boxe acessível***

Dimensão (mín. = 1.50 m X 1.70 m).

Abertura da porta para fora.

Puxador horizontal do lado interno da porta à 10.cm da dobradiça ( $h = 0.90 \text{ m}$  ;  $c = 0.40 \text{ m}$ ).

Lavatório dentro do box da bacia sanitária.

#### ***Bacias Sanitárias***

Altura do assento = 0.46 m.

Válvula de descarga instalada a altura máxima de 1.00 m.

Área de transferência lateral ou frontal à bacia (0,80 m X 1,20 m ).

Barra horizontal lateral com comprimento mínimo de 0.80 m e instalada a 0.75 m de altura.

Barra horizontal fundo com comprimento mínimo de 0.80 m e instalada a 0.75 m de altura (bacia comum).

Barra de fundo instalada 0.15 m acima da caixa acoplada.

Barra articulada com comprimento mínimo de 0.80 m.

Diâmetro da barra entre 3.0 cm e 4.5 cm.

Distância da barra à parede mínima de 4.0 cm.



<input type="checkbox"/> Distância da barra lateral ao eixo da bacia igual a 0.40 m.
<input type="checkbox"/> Existência de obstáculo para aproximação (sóculo da bacia = projeção da base da bacia + 5,0 cm).
<input type="checkbox"/> Dispositivo de sinalização de emergência ao lado da bacia em sanitários acessíveis isolados instalados a 0.40 m.
<input type="checkbox"/> Acessíveis _____ ( min. 5% do total ).
<input type="checkbox"/> Quantidade total _____

### ***Lavatórios***

<input type="checkbox"/> Aproximação frontal (0.80 m x 1.20 m) com profundidade livre mínima de 0.25 m sob o lavatório.
<input type="checkbox"/> Sem coluna ou gabinete.
<input type="checkbox"/> Altura superior máxima de 0.80 m.
<input type="checkbox"/> Altura livre inferior mínima de 0.73 m.
<input type="checkbox"/> Torneira tipo alavanca.
<input type="checkbox"/> Distância da torneira à borda máxima de 0.50 m.
<input type="checkbox"/> Barras de apoio.
<input type="checkbox"/> Acessíveis _____ (min. 5% do total).
<input type="checkbox"/> Quantidade total _____

### ***Acessórios***

<input type="checkbox"/> Saboneteira instalada entre 0.80 m e 1.20 m.
<input type="checkbox"/> Toalheiro instalado entre 0.80 m e 1.20 m.
<input type="checkbox"/> Cabideiro instalado entre 0.80 m e 1.20 m.
<input type="checkbox"/> Espelhos instalados com borda inferior entre 0,90 m e 1.10 m.
<input type="checkbox"/> Espelhos instalados com borda inferior a 1,10 m (para espelhos inclinados - inclinação de 10° - 1/0.17m).
<input type="checkbox"/> Porta-papel higiênico instalado entre 0.50 m e 0.60 m.
<input type="checkbox"/> Distância do porta-rolô à face frontal da bacia máxima de 0.15 m.
<input type="checkbox"/> Papeleira instalada entre 1.00 m e 1.20 e alinhada com a borda frontal da bacia. (papeleiras externas)

### ***Mictórios***

<input type="checkbox"/> Distância entre barras = 0,60 m.
<input type="checkbox"/> Barras verticais instaladas à 0.75 m do piso e comprimento mínimo de 0.70 m.

## Bebedouros

<input type="checkbox"/> Altura máxima da bica = 0.90 m.
<input type="checkbox"/> Altura livre inferior mínima de 0.73 m.
<input type="checkbox"/> Acionamento na frente do bebedouro ou próximo à borda frontal.
<input type="checkbox"/> Área de aproximação (0.80 m x 1.20 m).
<input type="checkbox"/> Acionamento do tipo garrafão - área de aproximação entre 0.80 m e 1.20 m.
<input type="checkbox"/> Manuseio de copos - altura entre 0.80 m e 1.20 m.

## Anexo 2

### Normas Técnicas

As normas técnicas internacionais de âmbito global são de competência da ISO (International Standards Organization), ligadas à Organização das Nações Unidas;

A sigla ISO denomina a International Organization for Standardization, ou seja, Organização Internacional de Normalização. Ela é uma organização não governamental que está presente hoje em cerca de 120 países. Esta organização foi fundada em 1947 em Genebra, e sua função é promover a normalização de produtos e serviços, utilizando determinadas normas, para que a qualidade dos produtos seja sempre melhorada.

No Brasil o órgão que representa a ISO chama-se ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que é o órgão responsável pela normalização técnica no Brasil, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. Trata-se de uma entidade privada e sem fins lucrativos fundada em 1940. É membro fundador da International Organization for Standardization (ISO), da Comissão Panamericana de Normas Técnicas (COPANT) e da Associação Mercosul de Normalização (AMN).

A ABNT é a única e exclusiva representante no Brasil das seguintes entidades internacionais:

- ISO – International Organization for Standardization
- IEC – International Electrotechnical Commission

E das entidades de normalização regional:

- COPANT – Comissão Panamericana de Normas Técnicas
- AMN – Associação Mercosul de Normalização

Quando não existem normas técnicas da ABNT, para algum elemento, como a plataforma de elevação vertical ou inclinada, que são elementos de acessibilidade, adotam-se os critérios técnicos especificados pelas ISO, assim um produto quando não certificado pela ABNT, pode ser certificado por uma ISO.



## **Normas técnicas acessibilidade (ABNT)**

As normas técnicas abaixo estão disponíveis no site [www.mpdft.gov.br/sicorde/abnt.htm](http://www.mpdft.gov.br/sicorde/abnt.htm)

- [NBR-9050/2004](#) - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamento urbanos.
- [NBR-13994](#) (aprovada em 2000) - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.
- [NBR-14020](#) - Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem de longo percurso;
- [NBR-14021](#) - Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem metropolitano;
- [NBR-14022](#) (dez-97) - Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trolebus, para atendimento urbano e intermunicipal.
- [NBR-14273](#) - Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial.
- [NBR-14970-1](#) - Acessibilidade em veículos automotores - Parte 1 - Requisitos de dirigibilidade
- [NBR-14970-2](#) - Acessibilidade em veículos automotores - Parte 2 - Diretrizes para avaliação clínica de condutor com mobilidade reduzida
- [NBR-14970-3](#) - Acessibilidade em veículos automotores - Parte 3 - Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado
- [ABNT NBR 15250](#) - Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário
- [ABNT NBR 15290](#) - Acessibilidade em Comunicação na Televisão
- [ABNT NBR 15320](#) - Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário
- [NBR 15450:2006](#) - Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário

## **Anexo 3**

### **SITES PARA CONSULTA**

*CORDE - Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de deficiência*  
[www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/)

Disponibilização de normas técnicas da ABNT de acessibilidade para download gratuito.

*SeMob – Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades disponibiliza para download o "caderno 2: Construindo uma Cidade Acessível" com muitas fotos a este respeito.*

[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

*CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência*

[www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/index.asp](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/index.asp)

*SICORDE - Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência.*

[www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/principal.asp](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/principal.asp)

*Acessibilidade na internet.*

[www.serpro.gov.br/acessibilidade](http://www.serpro.gov.br/acessibilidade)

*Portal de tecnologia assistiva*

[www.assistiva.org.br](http://www.assistiva.org.br)

*SEPED - Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da prefeitura da cidade de São Paulo*

[http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/deficiencia\\_mobilidade\\_reduzida/organizacao/0001](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/deficiencia_mobilidade_reduzida/organizacao/0001)

*COPANT - Comissão Panamericana de Normas técnicas*

[www.copant.org](http://www.copant.org)

*ISO - International Organization for Standardization*

[www.iso.org/iso/en/ISOOnline.frontpage](http://www.iso.org/iso/en/ISOOnline.frontpage)

*ONU – Nações Unidas no Brasil*

[www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br)

*Instituto Akatu*

[www.akatu.net](http://www.akatu.net)

*Instituto Paradigma*

[www.institutoparadigma.org.br](http://www.institutoparadigma.org.br)